



Associação  
Empresarial  
da Região  
de Viseu  
do Alentejo  
do Alentejo  
do Alentejo



newsletter

Viseu, 14 de janeiro de 2019

## LEGISLAÇÃO

### RETRIBUIÇÃO MÍNIMA MENSAL GARANTIDA PARA 2019

Foi publicado no dia 27 de dezembro de 2018, o Decreto-lei 117/2018, que fixa em € 600,00 o valor da retribuição mínima mensal garantida prevista no Artigo 273º do Código do Trabalho.

Este valor aplica-se a partir do dia 1 de janeiro de 2019.

A AIRV alerta todas as empresas para os reflexos deste aumento nas tabelas salariais aplicáveis a cada setor de atividade. Assim, todas as remunerações mínimas aí previstas que sejam inferiores a € 600,00, têm que ser alteradas para este valor.

### TRABALHO SUPLEMENTAR – RETENÇÃO NA FONTE AUTÓNOMA

Com a entrada em vigor, a 1 de janeiro de 2019, da Lei do Orçamento de Estado para 2019, as horas extraordinárias pagas bem como as remunerações relativas a anos anteriores àquele que são pagas ou sejam postas à disposição do trabalhador, passam a ser objeto de retenção na fonte autónoma. Não são, pois, adicionados aos restantes rendimentos auferidos nos meses em causa para efeitos de determinação da taxa de retenção a aplicar.

No entanto, às horas extraordinárias é sempre aplicada a taxa de retenção na fonte que corresponder ao ordenado mensal do trabalhador referente ao mês em que aquele é pago ou, colocado à disposição.

A taxa de retenção na fonte a aplicar às remunerações de anos anteriores, é determinada pelo valor obtido em resultado da divisão pela soma do número de meses a que respeitam.

### ALTERAÇÃO AO REGIME JURÍDICO DA URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO

O Decreto-lei 121/2018, de 28 de dezembro, introduziu alterações ao Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, nomeadamente no que respeita ao regime da entrada no domicílio de qualquer pessoa, para realização de inspeções a operações urbanísticas sujeitas a fiscalização.

O Artigo 95º do RJUE, determina que a entrada no domicílio de qualquer pessoa para realizar ações de fiscalização só pode ser efetuada se houver consentimento para o efeito. Caso o mesmo não exista, a entrada só pode ser feita se existir mandato judicial.

Considera-se que não existe consentimento, quando:

- Nas operações urbanísticas em curso, o acesso ao local é impedido pelo proprietário ou pelo usufrutuário, ainda que seja por intermédio do diretor técnico da obra ou do titular do processo camarário.
- Nos operações urbanísticas concluídas, quando o proprietário impede o acesso ao local, depois de ter sido regularmente notificado.

O referido decreto-lei, prevê, ainda, a possibilidade dos fiscais municipais que efetuem a inspeção e os trabalhadores de empresas privadas contratados para o efeito, se possam fazer acompanhar de forças de segurança e elementos da proteção civil, sempre que haja fundadas dúvidas, quando estejam em causa a segurança das pessoas, bens e animais e, que a entrada no domicílio deve demorar apenas o tempo indispensável para realizar a fiscalização.

## **IVA**

### **OFICIOS CIRCULADOS**

Foram publicados, em matéria de IVA, os seguintes Ofícios Circulados:

#### **OFICIO CIRCULADO nº 30207 de 2019/01/04**

Divulga instruções no que respeita às alterações introduzida no Código do IVA e legislação complementar pela Lei do Orçamento de Estado de 2019.

[Pode ser aqui consultado](#)

#### **OFICIO CIRCULADO nº 30208/ de 2019/01/04**

Divulga instruções no que respeita ao “tratamento de vales”.

[Pode ser aqui consultado](#)

#### **AIRV – Associação Empresarial da Região de Viseu**

Edifício Expobeiras – Parque Industrial de Coimbrões – 3500 618 Viseu  
Tel: 232470290 Fax: 232470299 Email: [chenriques@airv.pt](mailto:chenriques@airv.pt) [www.airv.pt](http://www.airv.pt)